

Conquista e Povoamento do Maciço de Baturité

VINICIUS BARROS LEAL

O Maciço de Baturité foi alcançado pelo Choró, e Estevão Velho de Moura deu início a essa jornada, em 1680, quando, "primeiro descobridor daquela ribeira, abriu caminhos e estradas para a comunicação que hoje ainda se conserva" (Sesmaria I, 103-104). A sua sesmaria abrangia 3 léguas, partindo do Morro Goai, pelo leito do rio, em rumo ao litoral.

Maneira pouco usual de solicitar terras, porquanto, a regra era "rio acima". Muitos anos antes, havia mesmo, de fato, até proibição de se adentrarem os colonizadores. Sua Majestade determinava que a conquista não deveria ir além das terras litorâneas, precaução esta motivada pela ferocidade dos silvícolas, com visível prejuízo para a colonização. Pouco depois, a 13 de outubro do mesmo ano, no entanto, ao mesmo Estevão Moura e mais 6 riograndenses do norte, o capitão-mor Sebastião de Sá concedeu uma extensão de terras sobre o rio Choró acima, que quase compreendia todo o seu curso. Eram 126 quilômetros, alcançando, os últimos providos, grande parte da área da atual micro-região de Baturité.

Como freqüentemente ocorria, um ou mais "hereo", deixava de "povoar" suas terras e isso motivava a penalidade contratual de comisso, isto é, a perda da concessão, por não cumprimento das exigências da lei sesmarial, a posse efetiva, o aproveitamento da terra no prazo estipulado. O Governo dispunha novamente daquelas léguas para atender a um novo sesmeiro que se julgasse capaz de lavrá-las. Na doação de Estevão, o 4.º solicitante, João Ferreira de Melo, não se dispôs a apossar-se de sua gleba que, compreendia as terras situadas no atual município de Aracoiaba, lugares conhecidos pelos indígenas pela toponímia de seus poços e riachos: Cariancó (Criancó), Umary, Catolé, etc., nomes que se conservam até os dias atuais.

Em 1718, o Tenente Cel. Manuel Duarte da Cruz, português de Entre o Douro e Minho, casado com uma Maciel de Tejucupapo, já residindo na Capitania, apossou-se sem mais títulos, dessa 4ª,

porção, ou de parte dela. Foi o início da exploração produtiva desta terra. Antes dele, em 1705, Custódio Mendes de Oliveira e Cristóvão Gomes Ferreira, pernambucanos, haviam obtido esta terra, mas não tentaram explorá-la. Logo mais, em 1707, o Padre Filipe Henri Sancho e Maria Costa, em seu pedido de terra, localizam sua propriedade também aí. Não a cultivaram, porém.

O Ten. Cel. Manuel Duarte da Cruz instalando-se nela em 1728, somente 20 anos mais tarde obteve o domínio legal da propriedade. Era chefe de um clan numeroso, cercado de genros, noras e parentes e os atraiu para o aproveitamento da fertilidade de um solo que se prenunciava tão dadivoso e adequado para a criação de gado. Um dos seus parceiros foi o Tenente Amaro Rodrigues Moreira, pernambucano de Serinhaem, que desde 1734 aposantara-se de uma parte mais ao Sul das terras ocupadas pelo Ten. Cel., o sítio Umary. Ambos devem ser considerados como os primeiros habitantes brancos da região. Tiveram grande descendência, houve muito entrelaçamento das duas famílias, e, por herança, compra, permutas, os seus continuadores, pouco a pouco, se estabeleceram em sítios contíguos.

Já por essa época, eram alcançados os contrafortes da Serra de Baturité, e o conhecimento de alguns riachos relativamente largos e perenes, predizia a conquista da parte mais cobiçada e opulenta do maciço serrano, trazendo renovadas esperanças aos povoadores.

Referências à uberdade da serra de "Ubutirité", certamente eram frequentes nas práticas com os indígenas. Clima ameno, águas correntes perenes, solo fértil, abundância de frutas e, acima de tudo, a salubridade necessária para a cura dos males reinantes. E, quem sabe, pensamentos mágicos de prováveis filões de ouro, o encontro de pedras preciosas, ou as minas de prata tão buscadas pelos holandeses em Itarema.

Valia a pena tentar a aproximação arriscada, com todas as condições desfavoráveis. Índios rebelados, desconfiados da amizade do branco, precariedade de transportes pela dificuldade de animais, ausência de caminhos cómodos. Só o leito dos riachos, ou trilhas, caminhos ínvios, pedregosos, agrestes. E... a miragem.

Por essa época devia ser ainda de alguma consideração a população indígena, porquanto há uma referência à existência de "uma aldeiota aonde Filipe Coelho de Moraes deu guerra aos tapuias Anassés e Jaguaribaras no ano de 1725", como diz o Tenente Cel. Manuel Rodrigues das Neves em sua petição. Esta aldeiota talvez se localizasse na mesma situação em que mais tarde foram missionados, antes de descerem, por imposição Real, para a definitiva e oficial, com a criação da Vila de Monte mor o novo da América.

Apareceram outros parceiros. Tomé Callado, chefiando um grupo, todos aparentados, vindos do Rio Grande do Norte, os Galvões, de Goianinha, Regos e Ribeiros, conseguiram, em 1727, seis léguas de terras nas faldas da serra, subindo pelo Aracoiaba. Certamente não lhes agradaram as condições hostis do meio, quem sabe, uma vaga reminiscência do que acontecera com seus avós, muitos anos antes, mortos à sanha dos perversos jandoins. Preferiram uma outra situação mais perto do mar, a Lagoa do Uruaú, entre Cascavel e o Palhano. Aí se estabeleceram, progrediram, esquecendo por completo o sonho serrano.

O Tte. Cel. Manuel Rodrigues das Neves, antigo morador da Capitania, também tentou investir à serra. Recebeu, como doação, terras no riacho Aracoiaba acima, compreendendo quase toda a sua extensão, "do sítio olho d'agua, meia légua para cima e uma e meia para baixo, com meia légua para cada banda". O riacho Putiú foi requerido e concedido, em 1735, a outro elemento da Família Maciel, Pedro da Rocha Maciel. Vem em seguida o Candéia, que foi dado primeiramente "de sua barra com o Aracoiaba para cima, 3 léguas, sempre com sua meia légua para cada lado", ao Sarg-Mor Lopo Barbosa Maciel. Amaro Rodrigues Moreira, aquele parceiro do Tte. Cel. Cruz, aí no Candéia também obteve terras, na parte imediata à de Lopo. Aliás, como veremos em outro trabalho, esta parte foi a que mais se desenvolveu e foi mais densamente povoada. Amaro e Duarte da Cruz faleceram, respectivamente, em 1742 e 45, deixando aos descendentes suas fecundas terras.

Outros, além dos já citados, concorreram para essa primeira expansão territorial de Baturité. Não pode ser esquecido o Cel. Alberto Pimentel, potiquar como tantos outros que demandaram estas paragens. Já com muitos serviços prestados a Capitania, deveria ser premiado com um pedaço daquele solo tão rico e promissor. Recebeu o seu quinhão e aí se estabeleceram seus filhos, sobrinhos e netos, definitivamente; e, durante todo o século XVIII, tomaram parte em todos os seus eventos, ocupando "postos na governança, no público e no judicial".

Ainda havia terras aproveitáveis. Domingos Lopes Delgado, com seu filho Manuel Gomes da Silva, requereram-nas, estabelecendo-se nelas. Restavam, agora, apenas as sobras, isto é, aquelas intermédias entre um possuidor e outro dos riachos nomeados. De 1750 em diante, por processos diversos foram ocupadas, havendo delas ainda bastante em 1812, quando Manuel da Costa Ribeiro lutava judicialmente com um primo, pela posse de uma gleba no Candéia, acima de sua primeira cachoeira.

Todo o solo ocupado atualmente pela cidade de Baturité e suas cercanias já estava distribuído, inclusive a serra, pelo lado oriental. A parte do poente demorou um pouco a ser requisitada. Nesse la-

do, o primeiro suplicante foi Teodósio de Pina, antigo morador de Aquiraz, conseguindo 3 léguas numa parte da serra "que o gentio chama Cohité", por haver nela um grande pé dessa árvore". Compensou-se das dificuldades de explorar essas terras, com uma outra sesmaria na parte de baixo da serra, no Poço das Capivaras" que tem um riacho que faz barra com o Choró". Aí, teve um vizinho, Inácio Loyola Leitão que, em 1738, conseguira 3 léguas no riacho macaco.

Mas a micro-região de Baturité é bastante extensa, compreendendo os municípios da Redenção, Capistrano e Itapiúna na parte do sertão propriamente. Destas, as do Acarape foram solicitadas quase contemporaneamente com as do Choró. Em 1702 Marcelino Gomes teve 3 léguas "na serra do Acará, riacho abaixô, começando do poço de pirapobeba". Logo mais, outro habitante do litoral Roque Rodrigues e sua mulher Violante Lopes, conseguiram mais 6 léguas no mesmo riacho até sua barra no Pacoti. Passaram-nas mais tarde, por venda, ao Cap. Manoel Fonseca Leitão, de Cascavel. A serra do Cantagalo só muito mais tarde, em 1776, foi possada por Fantaleão Ferreira de Castro, que legalizou sua posse 20 anos depois.

Mas, na área de influência mais imediata de Baturité, quando se tornou Vila e mais tarde cidade, estavam as terras do Riachão da Lagoa Nova (Capistrano), as Itans e o antigo distrito de Canagati. Estas últimas, por terem mais fácil comunicação pelo poente, foram concedidas a Teodósio de Pina, o mesmo primeiro possuidor da Aratuba, e seu contemporâneo posseiro, o Pe. Alexandre Cabral Marreiros, morador na Vila do Forte. As Itans foram as que mais progrediram no plantio de cana de açúcar, já abrigando um engenho nesses anos mais recuados. Foram doadas a Paschoal Nunes Pereira em 1737 e, 7 anos depois, o seu genro Cap. João de Freitas Araújo requeria as sobras, a partir do riachão da Lagoa Nova.

Completava-se, assim, a primeira fase da história territorial de Baturité, a distribuição e ocupação dos seus melhores chãos.